

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O perigoso cerco ao liberalismo



Direita articula ataques ao 'Occidente liberal', enquanto esquerda se encanta pelo 'eixo da revolta' contra o Ocidente; mais do que nunca, os valores liberais precisam ser defendidos

Passado apenas um século da voga totalitária que desafiou a democracia e o liberalismo e resultou na 2.ª Guerra Mundial, os valores que definem o Ocidente voltam a ser desafiados de maneira frontal.

Sob a liderança da China, formou-se o chamado "eixo da revolta" contra os valores ocidentais. Esse agrupamento, que tem na Rússia, no Irã e na Coreia do Norte os principais associados, vem ganhando adeptos e simpatias ao redor do mundo, exatamente por desafiar um *status quo*, liderado pelos Esta-

dos Unidos e pela Europa, visto como intrinsecamente desigual e injusto.

O Brasil governado pelo PT é um dos países que expressaram admiração pelo "eixo da revolta", seja por meio de uma política externa que dá razão a agressores quando o agredido é ocidental, seja pelo apreço demonstrado pela liderança do PT à "democracia efetiva" da China. O Irã, que por sua vez lidera o "eixo da resistência anti-imperialista", integrado por um seleto grupo de entidades terroristas do Oriente Médio, foi calorosamente aceito no Brics, o bloco dominado pela China, do qual

o Brasil faz parte. Toda essa miscelânea de ressentidos com o Ocidente, numa reedição do Terceiro Mundo dos tempos da guerra fria, ganhou o nome fantasia de "Sul Global".

Enquanto isso, a extrema direita também se organiza de maneira global contra os valores ocidentais. Na mais recente Conferência de Ação Política Conservadora - Cpac, principal palco de líderes e formuladores do ultraconservadorismo -, realizada na Hungria, novos ataques foram disparados contra os alvos preferenciais dessa turma: a imprensa, o Judiciário, os imigrantes, os intelectuais, as minorias em geral e, sobretudo, o "Ocidente liberal". O ex-presidente americano Donald Trump, líder incontestado dos reacionários, mandou um vídeo no qual parabeniza os "patriotas húngaros" que estão "na vanguarda da batalha para resgatar a civilização ocidental".

A "civilização ocidental" nomeada por Trump inclui herdeiros do franquismo espanhol, argentinos devotos da motosserra de Javier Milei, os Bolsonaro e os representantes de partidos xenófobos da Itália, Polônia, França e Alemanha, todos em concertação articulada para disputar eleições. Para o anfitrião, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, vencer as eleições significará "colocar fim à ingloria era que o Ocidente atravessa". Ou seja, a vitória eleitoral é vista como uma espécie de chancela para o projeto de destruição da mesma democracia que a ensinou.

Essa destruição se dá por meio da desmoralização dos valores mais caros à democracia, como, por exemplo, a

liberdade de expressão, meramente utilitária para essa gente saudosas de ferozes ditaduras. Na prática, eles defendem não o Ocidente como berço da democracia liberal, da emancipação do indivíduo e dos direitos humanos, acima de nacionalidades, credos e fronteiras, e sim um "Ocidente" ultranacionalista, anti-iluminista e fundamentalista - e não há nada menos democrático e liberal do que isso.

Como quase todo problema visto com olhos teocráticos, sua solução passa por um "messias". Trump seria o salvador do Ocidente, assim como Orbán enxerga a Hungria como "uma ilha que desafia" os progressistas europeus, e Bolsonaro se via como um "messias" que salvaria o Brasil de um sistema carcomido pela política tradicional, pelo esquerdismo e pelo "globalismo". Para cada um dos extremistas presentes no Cpac, seus líderes livrariam o Ocidente da "era ingloria" do liberalismo. Esses iliberais na verdade querem o "Ocidente" que enfrentou os infiéis nas Cruzadas, isto é, aquele que precedeu o iluminismo e as grandes revoluções políticas que forjaram a ideia democrática contemporânea.

Assim como no século passado o nazi-fascismo e o stalinismo tinham como meta implodir a democracia liberal como ideia, o "eixo da revolta" e os direitistas "iliberais" de hoje lutam para desacreditar o Ocidente democrático e cosmopolita. Os valores liberais sobreviveram às guerras do século 20, ao custo de milhões de mortos, mas, como se vê, o risco de que venham a perecer está longe de ter desaparecido. ●

Novos tempos nas Forças Armadas

'Aval' do Exército à volta da Comissão de Mortos e Desaparecidos era desnecessário, mas simboliza uma bem-vinda mudança de compreensão da caserna sobre o digno propósito desse colegiado

Oficiais da cúpula do Exército, apurou o Estado, deram "aval" para a reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Essa anuência dos militares era desnecessária do ponto de vista formal, mas não deixa de ser simbólica neste momento do País, haja vista que o aceno reflete uma bem-vinda mudança da compreensão das Forças Armadas - do Exército, em particular - sobre o real propósito civilizatório dessa comissão.

A CEMDP foi extinta nos estertores do governo de Jair Bolsonaro por puro rancor, bolor ideológico e negacionismo histórico - como seria de esperar de um admirador confesso da ditadura militar e de alguns de seus agentes

mais cruéis. Sua reinstalação deveria ter sido um dos primeiros atos do presidente Lula da Silva. Mas veio o infame 8 de Janeiro, cujas investigações, até o momento, apontam para o envolvimento direto e indireto de fardados na intontona. Isso abriu uma crise entre as Forças Armadas e Lula, na condição de seu novo comandante supremo.

A pretexto de conter a escalada das tensões com os militares, de resto um receio descabido à luz das prerrogativas que a Constituição lhe atribui, Lula tem resistido a reinstalar a CEMDP. O presidente tem ignorado olímpicamente os pareceres dos Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos, favoráveis à medida, e preferido seguir o aconselhamento dos que advogam pelo "apaziguamento" da relação entre o Palácio do Planalto e as Forças Armadas. É pre-

ciso deixar claro: a paz entre Lula e os militares, cuja relação é definida nos termos da Lei Maior, não está nem nunca esteve a perigo pela existência da CEMDP.

A preocupação com os humores da caserna jamais teve razão de existir pelo simples fato de que a CEMDP não se presta ao revanchismo nem tampouco à responsabilização individual de quem quer que seja, militar ou civil. Trata-se apenas de uma comissão destinada a apurar e reconhecer o básico: a responsabilidade do Estado, não de indivíduos, pela vida e a integridade física dos que estiveram sob sua custódia durante um dos períodos mais sombrios da história do País.

Segundo oficiais de alta patente ouvidos pela reportagem deste jornal, todas as famílias têm o direito de saber o que aconteceu com parentes e amigos desaparecidos durante aqueles chamados anos de chumbo. É de reconhecimento, informação transparente e conforto emocional que se está tratando, não de punições ou reescrita da História. Aliás, foi exatamente com este propósito republicano que a CEMDP foi criada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso - e com esse mesmo espírito deve se dar a sua reinstalação por Lula da Silva.

O aval dos militares contrasta com o mal-estar gerado nos quartéis com a criação da Comissão Nacional da Ver-

dade, em 2012, pela então presidente Dilma Rousseff. Mal-estar, diga-se, que não tinha razão de ser, uma vez que a Comissão da Verdade não se prestava a nenhuma forma de revanchismo. Alguns militares, no entanto, murmuravam descontentamento com o fato de que integrantes das Forças Armadas teriam de dar explicações sobre a repressão durante a ditadura, o que consideravam intolerável, ainda mais porque Dilma era, ela mesma, uma ex-guerrilheira. Não é exagero enxergar nesse episódio uma das sementes do bolsonarismo.

Mas os tempos, felizmente, são outros. O atual comando militar parece genuinamente interessado em despolitizar os quartéis e restabelecer o caráter institucional das Forças Armadas, vacinando-se contra o golpismo bolsonarista.

Talvez a força dos fatos e a passagem do tempo revelem ser impossível reunir todas as evidências de que o Estado brasileiro falhou com muitos de seus cidadãos durante a ditadura militar. Mas é preciso empreender o máximo de esforços para que esse reconhecimento seja, enfim, alcançado. Os representantes do Estado hoje precisam olhar nos olhos do passado com maturidade, coragem e espírito público, pois só assim darão à sociedade civil as informações de que ela precisa para que todos tenham um futuro mais pacífico. ●